

Os prós e contras fiscais

A REDUÇÃO DO IRC SERIA BENÉFICA para a economia, mas não seria suficiente para crescer.



■ SIMPLIFICAÇÃO

Apesar de defender que o problema não é fiscal, Rogério M. Fernandes Ferreira reconhece que a implementação de medidas de simplificação fiscal e de redução da carga burocrática seriam benéficas para o investimento.



■ MÃO-DE-OBRA

Paulino Brilhante Santos coloca a tónica na mão-de-obra. "Portugal não tem capacidade de criar valor na cadeia de valor da economia do conhecimento, tem uma mão-de-obra muito pouco qualificada face a outros países europeus".



■ BUROCRACIA

A burocracia do sistema fiscal e dos tribunais é uma das principais críticas feitas. Tiago Caiado Guerreiro afirma que o actual sistema é "excessivamente burocrático". A lentidão do sistema judicial é também um dos principais entraves.

Paula Cravina de Sousa
psousa@economicasgpps.com

Qual é a receita para a competitividade? Que factores influenciam as empresas na altura de optarem pelo país onde devem investir? A par das taxas de imposto, há outros factores determinantes na hora de captar o investimento empresarial, como a legislação laboral e o sistema judicial. Somam-se ainda os argumentos fiscais e os benefícios e as deduções que as empresas podem fazer, incentivos que têm por objectivo compensar a diferença face a outros países europeus. Tudo junto, há argumentos para os dois pratos da balança. Saiba quais.

PORQUE NÃO

Nível de despesa ainda não permite. A consolidação orçamental tem sido feita através do aumento das receitas e da redução do investimento público, pelo que o nível de despesa ainda não permite que se reduzam os impostos, já que provoca uma quebra nas receitas. O economista do Finibanco, João Fernandes, salienta que "numa altura em que a economia está a crescer a uma taxa de 1% não será o mais conveniente". As metas de Bruxelas são o outro obstáculo. "Numa perspectiva de longo-prazo seria útil, no sentido de captar mais investimento através da redução da taxa, mas no curto-prazo há a necessidade de cumprimento do défice im-

posto por Bruxelas", acrescenta Gonçalo Pascoal do Millennium bcp.

Não é suficiente para o crescimento. Uma descida dos impostos não será suficiente para incentivar o crescimento económico. O fiscalista Paulino Brilhante Santos explica que para que a taxa de IRC fosse competitiva e atraísse investimento teria de descer para níveis semelhantes aos da Irlanda, onde o IRC se situa nos 12,5%. Já Rogério M. Fernandes Ferreira contra-argumenta que o problema não é fiscal e que a taxa nominal de IRC não é "superior à da média dos restantes Estados da UE". E aponta que, por exemplo, a Espanha e a Grécia mantêm taxas superiores, sendo, aliás, a nossa taxa efectiva de tributação bastante inferior à da taxa nominal".

PORQUE SIM

Introduz competitividade. A redução das taxas de imposto introduz um factor de competitividade na economia portuguesa. O ex-ministro das Finanças, Eduardo Catroga, afirma que "ao longo da legislatura era fundamental criar condições para o IVA regressar aos 19% e reduzir o IRC. Para estarmos entre os países mais competitivos da Europa". Para o

responsável este é o movimento "desejável do ponto de vista da competitividade da economia e das famílias".

Atrai investimento. As taxas de imposto são um dos factores que pesam na altura de as empresas escolherem o país onde querem investir. O fiscalista Tiago Caiado Guerreiro considera que o sistema fiscal português não é competitivo e não está adaptado a uma sociedade geradora de riqueza, sendo demasiado complexo. Por outro lado, a carga fiscal, para o nosso nível de desenvolvimento, é muito elevada. Sobre tudo quando estamos a competir cada vez mais com o Leste, China e Índia, salienta o especialista.

Pressão reformista. A redução do IRC e do IVA seria benéfica para a economia na medida em que estimularia o consumo e o investimento das empresas. "É importante começar a criar condições para a baixa de impostos e a dar sinais", afirma Eduardo Catroga. O ex-ministro admite que "há alguma margem para baixar os impostos, porque também serve de pressão para que o Governo acelere a reforma da administração pública". O responsável explica que é importante que o Governo realize os objectivos ligados com o PRACE, de forma a que haja lugar a uma redução da despesa pública. ■

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE IVA E IRC EM PORTUGAL

Portugal tem das taxas de IRC e IVA mais altas quando comparadas com os países do leste europeu. Estes impostos têm seguido uma tendência inversa, com o IVA a subir sobretudo em épocas de recessão ou de menor crescimento. No IRC, a tendência tem sido de descida progressiva.

